

DE “POLICIAL ANTROPÓLOGO” A “ANTROPÓLOGO POLICIAL”: O RETORNO AO CAMPO, REMINISCÊNCIAS E PERCEPÇÕES AUTOETNOGRÁFICAS SOBRE O USO DA FORÇA.¹

José Soares de Moraes/UFPE

PALAVRAS-CHAVE: Autoetnografia; História de Vida; Percepções.

1. INTRODUÇÃO

Trata-se de uma pesquisa, fruto da elaboração de uma tese de doutorado em andamento pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. Cujo propósito se apresenta sob a forma de um olhar mais atento à utilização da força em seu nível mais extremado, pelos integrantes da Polícia Militar de Pernambuco, a partir da realização de uma *autoetnografia* - como forma de “escrita de si” (FOUCAULT, 1992), a qual combina características da *autobiografia* e da *etnografia*, no sentido de descrever e analisar (*grafia*) a experiência pessoal (*auto*) com o objetivo de compreender a experiência cultural (*etno*) (ELLIS, 2004; HOLMAN JONES, 2005), com o objetivo de investigar as impressões provocadas por suas (nossas, e minhas) atuações. É nesse contexto que me incluo enquanto integrante da organização que ainda permite a alcunha da dúvida, entre o impedir à violência, e o seu patrocínio. E me coloco como sujeito da pesquisa, que ora se fundamenta na análise interpretativa e reflexiva sobre as percepções do uso da força.

A pesquisa está calcada na perspectiva teórico-metodológica fornecida pela antropologia, de caráter autoetnográfico, e cotejada num recorte empírico direcionado aos que exercem (e exerceram) suas funções em unidades denominadas de “especiais” (as quais, dentro das categorias nativas estudadas, também chamaremos de “comunidades”, pois assim são conhecidas no âmbito interno do convívio profissional e da “mística”² que é cultuada),

¹ “Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022”.

² É algo muito presente e marcante do nosso imaginário enquanto grupo especial em âmbito policial militar, no que diz respeito à representação simbólica do que é disseminado com frequência e adesão em nossas práticas, com o sentido emblemático que reflete na atitude coletiva bem cristalizada. O que nas palavras de Marcelo de

com atividade em todo território pernambucano: BOPE – Batalhão de Operações Policiais Especiais (antiga 1ª CIOE – Companhia Independente de Operações Especiais) e o BEPI – Batalhão Especializado de Policiamento do Interior (antiga CIOSAC – Companhia Independente de Operações de Sobrevivência na Área de Caatinga). Cujas intenções visam compreender como as construções mentais sobre o uso da força são percebidas, em meio aos procedimentos e atitudes, e em que medida as crenças são produzidas e representadas, inclusive, incluindo o “eu” (trajetória policial militar), hoje, antropólogo, onde escrevo e analiso minhas experiências pessoais, no sentido referido por Foucault (1992, p.156): “Escrever é, portanto, ‘se mostrar’, se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro”.

Enfim, para justificar esse intento autoetnográfico, ressalte-se a imersão na memória do grupo a que ainda hoje pertencço, projetando uma aventura antropológica que acena para o reviver, retraduzir, e reproduzir o horizonte de tempo onde convivi com os responsáveis pela árdua tarefa da manutenção da ordem pública em seu nível de maior criticidade, os quais chegam a introspectar o sentimento do herói³ descrito em Joseph Campbell (1949).

2. MEU CAMPO É A TROPA

“Nenhum artista, nenhum poeta, nenhum pensador, ninguém a cuja obra se possa associar a ideia de criação ou de criatividade, é um só, do princípio ao fim de sua vida. Ao contrário: é múltiplo dentro do tempo através do qual se estende sua existência; e com a sua existência, sua experiência da qual em grande parte depende a obra que realiza”.

Gilberto Freyre (2009)

E como meu campo é a tropa, busco as minhas reminiscências sobre ela (a tropa), e/ou ele (o campo) através da dimensão individual da memória enquanto sujeito da pesquisa que

Lima Lessa (2019, p.08), ganha uma dimensão relativa, ao verificar que a “mística” faz parte dos organismos hierarquizados de defesa espalhados pelo mundo, sendo que lendas sobre eles são contadas homem a homem e, não raro, podem ter sido minimizadas ou potencializadas através do tempo.

³ Embora perceber que beira o exagero, a similitude do policial com a figura do “herói”, e que isso gera sempre boas discussões, ora alguns reconhecem ser coerente a comparação, outros acham que é uma considerável carga de responsabilidade para o profissional. E que igual a todos os seres humanos, e simples mortais “falíveis”, podem enfrentar grandes problemas, inclusive de ordem psicológica, com a personificação de tal atributo. Em que pese ser muito comum os policiais terem a ilusão de que controlam tudo e de que são invulneráveis (MINAYO, 2014, p.523). Mas pela experiência vivida, os dramas, desafios e conquistas vivenciados ao lado de todos que fizeram, e fazem parte da profissão, chego a minimizar essa condição: se não somos “heróis”, ao menos vivemos jornadas de herói, que nas palavras de Campbell (1990b, p.5), mais do que aventuras é “a experiência de estar vivos”.

incorpora vivências, saberes, crenças, sentimentos e sensações, podendo contar com extensões artificiais ou suportes de memória, como classifica Joel Candau (2008) por “memória de lembranças” (ou de reconhecimento). A memória é uma reconstrução continuamente atualizada do passado, e que me auxilia neste texto refazendo uma trilha menos recorrida metodologicamente – recuando no tempo⁴ - que antes não entrecruzava com a antropologia, mas que nessa reconstrução, conto com a sua abrangência teórica para suscitar (ou “ressuscitar”) dados postos em outrora, que se assemelhavam à coleta etnográfica conhecida *a posteriori*, e aqui se transformam *a priori*, numa escrita autoetnográfica.

Faço isso, utilizando fontes do acervo pessoal, a exemplo desse caderno utilizado durante as aulas do curso de operações especiais que frequentei no Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) – na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, entre os meses de maio e agosto de 1995. Que se não parece um “caderno de campo” (ou um “diário de campo”) no melhor estilo malinowskiano, mas consta nele, “notas do campo”. E se prenuncia com o que Cardoso de Oliveira (2006, p.34) dizia aos seus alunos que os dados contidos no diário e nas cadernetas de campo ganham em inteligibilidade sempre que rememorados pelo pesquisador; o que equivale a dizer que a memória constitui provavelmente o elemento mais rico na redação de um texto, contendo ela mesma uma massa de dados cuja significação é melhor alcançável quando o pesquisador a traz de volta do passado, tornando-a presente no ato de escrever.

Pois eu anotava, detalhadamente, tudo que podia, já que estava em “missão”⁵ para além do conhecimento da cultura dos *caveiras*⁶, a meta era incursionar no seu mundo, e me tornar parte dele. A tarefa que tinha pela frente não era permeada pela antropologia, mas tal qual faz

⁴ Em texto nomeado de *Trabalhar recuando no tempo: A trilha menos percorrida em metodologia quantitativa*, Brian Doig (2015, p.356) exemplifica: “Como disse um de meus alunos, “Eu trabalho sempre do fim para o princípio. Quando cozinho, eu sei o que quero comer antes de começar. Na pesquisa é a mesma coisa”. E aconselha: “Então, planeje antes, mas trabalhe do fim para o princípio”.

⁵ Eis um termo exaustivamente empregado no vocabulário militar, cujo significado se reveste da proeza em encarar, e cumprir fielmente, com determinação, objetividade e compromisso, os serviços emanados pela instituição, fazendo jus ao ofício da profissão de “bem servir”. É levado tão a sério esse contexto de “missão”, que se desdobra em tantas outras frases tipo: “missão dada, missão cumprida!”; “não pergunte se sou capaz, dê-me a missão”.

⁶ Termo usado para denominar a condição de quem é possuidor do curso de operações especiais, cujo brevê (condecoração) recebido ao seu término, a fim de ser utilizado na farda, tem o formato de um crânio de caveira, que por si só, representa morte. Mas é acompanhada de uma adaga o cravando, que remete a significação da vitória sobre a morte. Além de duas garruchas entrecruzadas simbolizando as polícias militares. Tudo isso circundado pelos louros, que historicamente são sinônimos de glórias, e triunfos alcançados. Pois assim é a compreensão daqueles que se submetem a esse grande teste de passar pelo curso, e se tornar um *caveira*.

um “explorador antropológico” (MALINOWSKY, 2015, p.9), não estava em condições nem era o bastante prudente para manter as minhas observações dentro dos limites dos fatos concretos e dos dados circunstanciados. Apenas era sedento em aprender uma nova cultura, e cômico do dever em repassar todo aquele conhecimento para minha tropa de origem (CIOE), bem como formar novos caveiras na Polícia Militar do meu Estado:

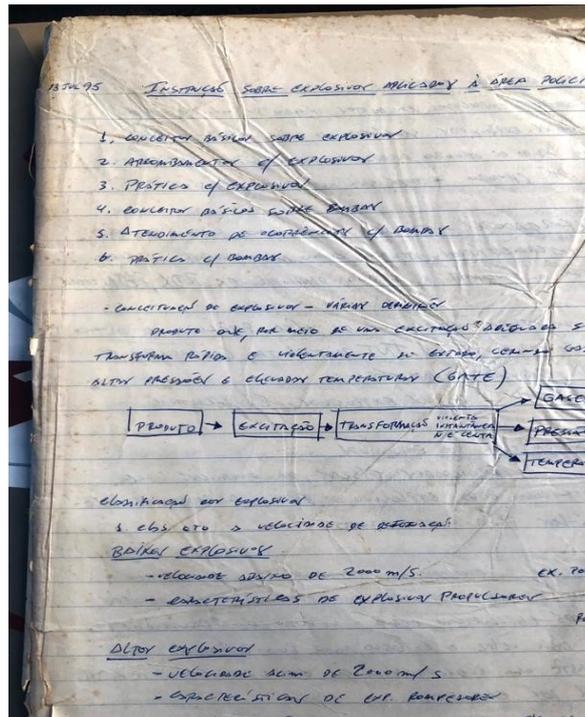


Foto 01(caderno de campo)⁷

O campo continuará, “o campo nunca acaba!”, assim como é a máxima reproduzida nos cursos aqui mencionados. Pois estaremos o decifrando, descrevendo, citando, apresentando, retomando, e retornando a ele, todas as vezes que necessite trazer a compreensão de sua temática ao diálogo antropológico. É dessa forma que deve, ou ao menos, deveria ocorrer a

⁷ “Caderno de campo” - me refiro assim, pelo relevante motivo de ter sido utilizado durante o meu curso de operações especiais em 1995, no Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Nele consta anotações doutrinárias de operações especiais, como se percebe no esboço da primeira linha na escrita *instrução sobre explosivos aplicados à área policial*. Mas guarda também, ensinamentos para vida, em meio as dificuldades, agruras e muita superação durante um período de grande provação. E que ao escrever esse texto autoetnográfico, tendo como campo explorado as tropas especiais da Polícia Militar de Pernambuco, as quais, necessariamente, têm como gênese a inspiração, influência, e orientação da tropa especial carioca, onde fomos buscar o conhecimento e experiência que deram luz a este trabalho.

afetação⁸ no trabalho do antropólogo. Principalmente quando se trata de um antropólogo que não se desaparta da convivência com o seu campo, que sente o que o outro sente, e consegue se vê na pele do outro. O que é, notadamente, e com a intensidade requerida por Favret-Saada (2005, p.158), o meu caso. A condição do “ser o outro” é de tamanha verossimilhança no campo em que me situo, que o “eu sou um deles”, e o “ele é um dos nossos”, ficam patenteados nas representações nativas arroladas na presente tese. Onde existe um constate contato em relação aos sujeitos pesquisados, e o meu objeto de estudo. Entenda-se, os integrantes das tropas do BOPE e BEPI, e suas percepções sobre o uso da força. Tudo isso adquirido, e mantido em meio aos diálogos sempre renovados. Tanto pelas circunstâncias do pertencimento ao grupo, quanto pela área de interesse acadêmica. Ou seja, o meu campo continua sendo a tropa.

3. A CONSTRUÇÃO DE UMA EPIFANIA

A história de vida é uma dessas noções do senso comum que entraram como contrabando no universo científico: inicialmente, sem muito alarde, entre os etnólogos, depois, mais recentemente, com estardalhaço, entre os sociólogos. Dessa forma Bourdieu (1986, p.67) enfatiza que o falar de história de vida é pelo menos pressupor – e isso não é pouco – que a vida é uma história e que, como no título de Maupassant, *Uma vida*, uma vida é inseparavelmente o conjunto dos acontecimentos de uma existência individual concebida como uma história e o relato dessa história. E ninguém melhor de quem protagonizou esses acontecimentos para escrever de maneira seletiva acerca de suas experiências passadas. Surge aí, a autoetnografia enquanto método, onde o autor durante esse processo, pode também entrevistar outros, assim como consultar textos, fotografias, revistas e gravações que contribuam com a recuperação das suas recordações.

Assim o fiz, levando em conta alguns destaques sobre a memória do autor, pois para conseguir coletar dados, impressões, percepções, sentimentos, escrever, descrever, interpretar, etnografar, e autoetnografar, existem, necessariamente, inúmeras exigências a memória do autor, no caso, de minha memória. A partir, inclusive, de importantes insights, corroborados com Barrett (2015, p.265), ao enxergar que a explosão do *insight* envolve penetrações

⁸ O entendimento sobre a afetação vem do conceito proposto por Jeanne Favret-Saada (2005), que vai além do familiarizar-se com o estranho, propalado pela etnografia convencional. O “ser afetado” defendido pela autora, exige “ser o outro” como condição na interpretação adequada das compreensões, significados e sentidos das interações.

profundas nos mínimos detalhes das vidas quotidianas das pessoas, percepções rápidas que permitem ao pesquisador compreender os seus mais íntimos motivos.

O dia 18 de fevereiro de 1991 tornou-se a minha “data de praça” (termo utilizado em relação ao dia que alguém ingressa numa instituição militar). E com ela, decorridos mais de 30 anos. Período suficiente para poder imergir em dados reflexivos, e emergir narrativas de acontecimentos que relacionam memória pessoal e memória coletiva. Estou a falar em vida individual e vida social. Ou seja, de vidas que se entrecruzam num determinado período historiográfico, e que veio a ser transformado circunstancialmente em contexto autoetnográfico, a saber.

O grau de pertencimento ao grupo que estudo, numa visão já ultrapassada, poderia ter sido um empecilho ao meu desempenho como pesquisador social, porém a oportunidade de ter me deparado com os preceitos etnográficos da antropologia, ajudaram, sobremaneira, à minha formação, a fim de fazer frente a desafios como entrar em áreas antes invioláveis, levantando dúvidas, revendo premissas, enfim questionando. Assim como deixou claro Gilberto Velho (2013, p.74), em sua desbravadora produção textual antropológica no Brasil, sobre o tema: “observando o familiar”, quando nos mostrou que a proximidade do objeto de estudo, numa noção de que existe um envolvimento inevitável e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição, já teria sido clara e precisamente enunciada.

Na verdade, se inicia aí, o que Ellis; Adams; e Bochner (2015, p.253) chamam de “epifania”, pois frequentemente, os autobiógrafos escrevem sobre suas epifanias, momentos que se recordam com um impacto significativo da trajetória de vida. Uma epifania constitui um fenómeno íntimo que uma pessoa pode considerar como uma experiência transformadora. Quando os investigadores fazem autoetnografia, escrevem retrospectiva e seletivamente sobre epifanias que surgem e que são possíveis porque eles mesmos são parte de uma cultura e têm uma identidade cultural particular. E como não dispomos de uma máquina do tempo, a imersão na memória se apresenta como uma espécie de redescoberta desse tempo⁹ passado e vivido, para lembrar a obra original “Em busca do tempo perdido” de Marcel Proust (1927).

⁹ A menção aqui sobre o tempo, e a referência a obra de Proust, vem da pontual sugestão do Professor Sérgio Dantas do Departamento de Antropologia e Museologia (DAM) da UFPE, durante minha apresentação em fórum temático: poder, desigualdade e educação no VIII CirKula (evento acadêmico organizado pelos discentes do Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGA), no mês de novembro de 2021. E ao visitar o seu livro no volume 7 “o tempo recuperado”, Fernando Py, o prefacia de forma a subsidiar o objeto da minha escrita: a vida vivida não passa de tempo perdido, mas tudo se pode recuperar, transfigurar e apresentar “sob o aspecto de eternidade, que é também o da arte”.

Para Versiani (2005, p.254), os autoetnógrafos não só podem fazer uso de ferramentas metodológicas e da literatura científica para analisar a experiência, mas que também devem levar em conta as formas que outros poderiam experimentar epifanias similares, utilizando a experiência pessoal para ilustrar as facetas da experiência cultural, e deste modo, fazer com que as características de uma cultura sejam familiares para os próprios (insiders) e estranhos (outsiders).



Foto 02 (COEsp)¹⁰

Nesse diapasão, procurei construir uma epifania, ou seja, a consecução de um sonho com difícil realização. Porém, se consegui realizar o sonho de ser policial militar, e dentro da Polícia Militar de Pernambuco ser detentor de um curso dos mais difíceis no Brasil – o curso de operações especiais no BOPE da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, tornando-me

¹⁰ Registro da instrução de montanhismo do curso de operações especiais, no Parque Nacional da Serra dos Órgãos no Estado do Rio de Janeiro, durante a travessia Petrópolis – Teresópolis, perfazendo um percurso de 30 km de subidas e descidas pela parte mais alta das montanhas. Ao fundo da imagem, destaque para a elevação rochosa denominada “Dedo de Deus”. Na foto, estou agachado dando início a fileira no sentido da esquerda para direita.

um “*Caveira*”. E de forma meio inusitada, vindo desse mundo, me transformo em antropólogo. Hoje, enquanto pesquisador, parte e possuidor de uma identidade cultural, passo a analisar os aspectos culturais e sociais ao meu redor, além do analisar o “eu”. Tarefa que apenas um punhado de acadêmicos se dispôs a passar por isso. Pois assim resume David Bayley (2002, p. 19), em que um acadêmico ao estudar a polícia deve estar disposto a realizar um trabalho de campo intensivo em ambientes cheios de desconfiança¹¹, dobrar a intransigência burocrática, tornar-se politicamente suspeito e socialmente malvisto. E aqui lá vou eu!

“É exatamente o que diz o senso comum, isto é, a linguagem simples, que descreve a vida como um caminho, uma estrada, uma carreira, com suas encruzilhadas (Hércules entre o vício e a virtude), seus ardis, até mesmo suas emboscadas (Jules Romains fala das “sucessivas emboscadas dos concursos e dos exames”), ou como um encaminhamento, isto é, um caminho que percorremos e que deve ser percorrido, um trajeto, uma corrida, um cursus, uma passagem, uma viagem, um percurso orientado, um deslocamento linear, unidirecional (a “mobilidade”), que tem um começo (“uma estreia de vida”), etapas e um fim, no duplo sentido, de término e de finalidade (“ele fará seu caminho” significa ele terá êxito, fará uma bela carreira), um fim da história”. (BOURDIEU, 1986, p.68)

O mesmo Bourdieu (1986, p.13) em sua obra - *A ilusão biográfica*, destacava que o falar, escrever sobre história de vida é, e foi inicialmente um exercício dos etnólogos. Apesar da minha familiaridade com a tropa, e dispor talvez, dos mapas e dos códigos básicos da classe que fui socializado, isso ainda não é suficiente para antropologia, e sim, a interpretação, a visão, o olhar de antropólogo foi quem me proporcionou a transcendência das limitações da minha origem, para chegar a relativizar a realidade da tropa de forma bem mais complexa. Essa realidade (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do

¹¹ E essa suposta “desconfiança” que por ventura possa existir em relação a ambiência do investigar as nuances da vida cotidiana de policiais. No meu caso, por ser um policial antropólogo (ou antropólogo policial), há sempre questionamentos sobre tais implicações, em que ao adentrar as peculiaridades do *modus vivendi* dos que fazem a instituição policial, poderia causar um clima de tensão, por ocasionar possíveis desconfortos e constrangimentos a alguns desses integrantes. Embora que além de considerar possível esse tensionamento, posso afirmar que o vivenciei em inopinados momentos de forma bilateral. Ou seja, há “desconfiança” por parte dos policiais militares que estão sendo pesquisados, por alguém, que mesmo sendo policial militar, trás uma carga de conhecimento e influência teórica de uma área não policial. Ao mesmo tempo, em que existe também certa “desconfiança” no lado acadêmico. Simplesmente pelo pesquisador, enquanto sujeito da própria pesquisa, estar pesquisando os próprios companheiros. O que, no mínimo, exigiu uma diligência mais abrangente, que se tornou coerente, oportuno, conveniente, e produtivo, a introdução de uma pesquisadora (antropóloga) não policial, a fim de contribuir com a minuciosa elucidação sobre as percepções que perseguimos nesta tese. Desvencilhando, ou ao menos, minimizando, quaisquer “desconfianças” tendencionistas durante a coleta e análise de dados etnográficos.

observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Como cada objeto de estudo gera seus problemas particulares, na verdade, o que a antropologia, numa visão tradicional, durante muito tempo prezou pelo distanciamento do pesquisador em relação ao objeto, há muito tempo também, tem uma visão mais sofisticada sobre esse tema, ancorada em papéis pioneiros, a quem repito, e reputo como oportuno exemplo Gilberto Velho (1978, p.03), que já nos anos 1970, se considerava integrante da classe média, e a tinha como objeto de pesquisa, resultando na sua dissertação de mestrado, e conseqüentemente, a transformado em seu livro: *A utopia urbana*.

4. A APOSTA NA AUTOETNOGRAFIA

“O que imagino que pode consistir na especificidade e na originalidade do método de pesquisa de campo em ciências sociais é exatamente o fato de o pesquisador utilizar a si mesmo como um instrumento de pesquisa e uma fonte de observação”.

(CALDEIRA apud SOUZA, p.18, 1998)

Os estudos autobiográficos que Bourdieu (1987, p.34) entende como referentes a vidas inseridas em um sistema em que a pluralidade de expectativas e de memórias é o corolário da existência de uma pluralidade de mundos e de uma pluralidade de tempos sociais. O mesmo em que Franco Ferrarotti (1988, p.30) enseja a clara imbricação entre o eu pessoal e o eu social, permitindo reconstruir os processos que fazem de um comportamento a síntese ativa de um sistema social a interpretar a objetividade de um fragmento da história social a partir da subjetividade não iludida de uma história individual. E ainda sustenta que uma vida individual pode dar conta dos contextos em que vive a pessoa em questão, bem como dos períodos históricos que ela atravessa, ao longo de sua existência. Eis que assim assumo a escrita como objeto e ferramenta do conhecimento. O conhecimento do eu próprio, e o conhecimento das relações sociais a serem transmitidas pela escrita.

O que faz Mercedes Blanco (2012, p.2) defender a autoetnografia baseada entre outras plataformas, precisamente nessa perspectiva epistemológica de Ferrarotti. E me faz ressaltar o entendimento acima em Bourdieu, ao usar e explorar a minha memória dentro do tempo social que fiz parte, e do grupo social que ainda estou inserido. A fim de resultar na autoetnografia, que enquanto método, conforme Ellis e Bochner (2003, p.209) preconiza a diversidade de formas de redação e apresentação de resultados. E reforçam seu significado: “Autoetnografia

é um gênero de escrita e pesquisa autobiográfica que [...] conecta o pessoal com o cultural”. Além de reforçar a afirmação de Laurel Richardson (2000a, p.11), em que as autoetnografias são altamente personalizadas, revelando textos nos quais os autores contam histórias sobre suas próprias experiências vividas, relacionando o pessoal com o cultural. Algo que Michel Leiris fez em sua experiência africana que resultou na publicação do seu primeiro livro, *L’Afrique Fantôme*¹², em 1934, que combina, originalmente, um estudo etnográfico com o seu projeto autobiográfico, quebrando, assim com o estilo tradicional da disciplina.

Dado qualitativo é fruto da coleta qualitativa, por meio do método etnográfico, e foi através desse método proeminente da antropologia que cheguei a desenvolver em minha dissertação de mestrado, nos anos de 2014 e 2015, um estudo sobre um grupo de profissionais com uma cultura muito peculiar – a magistratura, mais precisamente, os desembargadores em atuação na corte especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Já nesta tese, optei estudar, através da autoetnografia, a cultura que fiz parte, que inclusive contribui com sua construção, e continuo a fazê-lo. Pois o militar tem um tipo de aposentadoria específica, que não perde o vínculo com a sua instituição, e sim é transferido para condição de “reserva remunerada”¹³. O que é justamente o meu caso.

A aposta na autoetnografia enquanto estratégia metodológica ganha relevo nesta pesquisa em razão da escolha teórica do conceito de percepções, cujo respaldo crucial notabiliza-se pela construção mental do “outro”, na busca das condições etnograficamente adequadas ao trabalho de campo, a quem Malinowski (1978, p.31), delegou, idealmente, aos observadores cientificamente qualificados: “[...] um esforço de penetração na atitude mental que eles expressam”. Esse crédito ainda se avulta na gama dos ensinamentos em Franz Boas (2004, p.54): “[...] não há ciência cujos métodos sejam tão variados quanto à antropologia”. Se coadunando desta feita, com o lastro teórico que a perspectiva do “pensar relacional” em

¹² No dizer de James Clifford, *L’Afrique Fantôme* é um monstro: 533 densas páginas de etnografia, diário de viagem, auto-investigação [...] Durante sua carreira, Michel Leiris cultivou esse gênero microscópico: o ensaio indiferente que descreve um livro ao qual ele está, ao mesmo tempo, íntima e frouxamente amarrado, que orienta e ilude o leitor, permitindo ao escritor os seus rastros. Na África, Leiris começa a tomar nota de si mesmo ou, mais precisamente, de uma existência incerta. *A África fantasma* não irá coletar seus objetos como se eles fossem artefatos destinados a repousar em caixas de museus. Sua coleta etnográfica é feita sem diretrizes claras, sejam estéticas ou científicas. Nem suas páginas podem refletir um ponto de vista autoritário ou adotar um tom desapaixonado: eles devem contradizer um ao outro. Pelo excesso de subjetividade, uma espécie de objetividade fica garantida – aquela (paradoxalmente) da autoetnografia. (CLIFFORD, 2013, p.137-149).

¹³ A aposentadoria militar possui regras totalmente diferentes dos regimes de outros servidores públicos e trabalhadores privados. Não existe uma “aposentadoria” propriamente dita, mas a condição de reserva remunerada ou reforma. Além dos integrantes das Forças Armadas, também estão incluídos na categoria as Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares.

Pierre Bourdieu (1998, p.27) possa oferecer em meio ao emprego do acervo metodológico da observação participante. Essas são considerações que redundam os dizeres de Ellis e Bochner (2003), que para alguns cientistas sociais a autoetnografia e suas variedades, é apenas um subtipo de etnografia. Já para Clandinin e Connelly (1994) são “estratégias metodológicas”.

Para quem viveu experiências *in loco*, do ingresso na polícia, se tornando um *caveira*, depois antropólogo, e opta em narrar as percepções de policiais militares sobre o que há de mais típico, natural, e ao mesmo tempo polêmico na polícia: o uso da força. Tudo isso subsidiado pela vivência sentimental de um nativo, acrescido hoje do pensamento antropológico. Dificilmente teria outro recurso metodológico mais apropriado para trazer a lume essa compreensão, do que a produção de um texto autoetnográfico. Além de prevenir possíveis disparidades que possam gerar ferozes debates acadêmicos. Assim como constitui a base de ferrenhas discussões, entre os objetos que a etnografia fazia e o que os antropólogos concluíam, a exemplo da obra *Uma história da guerra*, de John Keegan (2006, p.154), a qual nos mostra que os *Maoris* faziam a guerra para redistribuir a terra dos mais fracos pelos mais fortes. Contudo, o plano de guerra Maori era comer o inimigo derrotado (com exceção das cabeças, que eram guardadas como troféus).

5. A PERCEPÇÃO COMO “ALTERNATIVA TÁTICA” DA PESQUISA

Para lançar mão do referencial teórico da percepção nesta pesquisa, inicialmente, a utilizo com a metáfora da “alternativa tática”¹⁴ - termo utilizado no gerenciamento de crises (disciplina regular nos cursos de formação policial, e *modus operandi* das instituições policiais militares), como uma medida técnica de procedimento operacional ao enfrentamento de situações com maior nível de criticidade, a exemplo de ocorrências envolvendo reféns. Apenas com o fito ilustrativo em “criar o clima” para recepcionar as considerações dos autores que subscrevem a partir de agora, sobre a percepção enquanto uma das guias

¹⁴ No âmbito das tropas especiais, as “alternativas táticas” se colocam como uma sequência de procedimentos adotados pelo grupo tático (ou “time tático”, que é o efetivo treinado para a resolução dos incidentes de crises enquanto ocorrências consideradas não rotineiras, e de alto nível de complexidade). Seguindo uma gradação de ações para seu emprego, que passa primeiro pela “negociação”, e segue em outros momentos, ou concomitantemente, pelo uso de “técnicas não letais”, “*sniper*” (responsável pelo denominado “tiro de comprometimento”), e o “assalto tático” (compreendendo a entrada tática, ou invasão tática do espaço considerado como “centro nevrálgico da crise”). Isso posto, uso o conceito de percepção, metaforicamente, como “alternativa tática” para ajudar a enfrentar a complexa tarefa de compreender, interpretar, analisar, explicar, e escrever sobre o uso da força nas tropas especiais da Polícia Militar de Pernambuco.

conceituais da minha pesquisa, e que a usarei como boa e oportuna alternativa para enfrentar a questão proposta do uso da força, e procurar “solucionar” o seu problema.

Para o homem não existem alternativas senão experimentar o mundo, ser atravessado e transformado permanentemente por ele. Essa afirmativa em David Le Breton (2016, p.11) vem acompanhada da ênfase de que antes do pensamento há os sentidos. Dizer com Descartes: “*Penso, logo existo*”, é omitir a imersão sensorial do homem no âmago do mundo. “*Sinto, logo sou*”, é outra maneira de admitir que a condição humana não é toda espiritual, mas à primeira vista corporal. Ao concluir que o indivíduo só toma consciência de si através do sentir, ele experimenta a sua existência pelas ressonâncias sensoriais e perceptivas que não cessam de atravessá-lo. E ainda ressalta que nossas percepções sensoriais, entrelaçadas às significações, traçam os limites flutuantes do entorno em que vivemos, elas dizem sua abrangência e seu sabor.

A percepção para David Le Breton (2016, p.12), não é coincidência com as coisas, mas interpretação. Todo homem caminha num universo sensorial ligado àquilo que sua história pessoal fez de sua educação. Percorrendo a mesma floresta, indivíduos diferentes não são sensíveis aos mesmos dados. Existe a floresta do coletor de *champignons*, do passeante, do fugitivo: a floresta do índio, do caçador, do guarda florestal ou do caçador ilegal, a dos apaixonados, dos extraviados, dos ornitólogos: a floresta igualmente dos animais ou da árvore, a do dia e a da noite. Mil florestas na mesma, mil verdades de um mesmo mistério que se esquia e que jamais se dá senão em fragmentos. Não existe a verdade da floresta, mas uma infinidade de percepções a seu respeito segundo os ângulos de aproximação, de expectativas, de pertencas sociais e culturais.

Enquanto Humberto Mariotti (1999, p.09), infere que o mundo em que vivemos é o que construímos a partir de nossas percepções, e é nossa estrutura que permite essas percepções. Por conseguinte, nosso mundo é a nossa visão de mundo. Se a realidade que percebemos depende da nossa estrutura – que é individual -, existem tantas realidades quantas pessoas percebedoras. Eis porque o chamado conhecimento puramente objetivo é inviável: o observador não é separado dos fenômenos que observa. Se somos determinados pelo modo como se interligam e funcionam as partes de que somos feitos (ou seja, pela nossa estrutura), o ambiente só desencadeia em nós o que essa estrutura permite.

Para Lawrence Sherman e Heather Stranger (2004, p.204) os métodos etnográficos oferecem maior percepção do “porquê” da produção dos efeitos num objeto pesquisado. Acredito que a escolha teórica do conceito de percepção ganha relevo metodológico a partir

do momento que me vejo desafiado a compreender, e trazer à tona o que se encontra “oculto” em um grupo com o qual mantenho considerável nível de pertencimento, e que ao vivenciar o dicotômico contexto do “direito da força *versus* a força do direito”, testa corriqueiramente sua personalidade ocupacional. Sem tergiversar do princípio da reciprocidade de que fala Lévi-Strauss (1976, p.107), e através deste, se realiza, a passagem da hostilidade à aliança, da angústia à confiança, do medo à amizade, imagino sua associação aos costumeiros traços comportamentais desse grupo. E para dar conta da complexa realidade social encontrada na “caserna”, ou na ambiência policial militar, nunca é demais se cercar daquilo que as ciências sociais têm procurado valorizar: a interdisciplinaridade, como sinônimo de intercâmbio de saberes com vista à complementaridade do conhecimento.

Recorro ao longo do meu trabalho, a teoria do “olhar, ouvir, escrever” de Roberto Cardoso de Oliveira (2006, p.17), me pautando, em grande parte na esteira da articulação da pesquisa empírica com a interpretação de seus resultados. Resultados esses, frutos de percepções, cujo significado filosófico da expressão “faculdades da alma”, como ele cita Leibniz, e seu entendimento entre a percepção e pensamento. Que sem percepção e pensamento, como então podemos conhecer? Diante dessa percepção assinalada por Leibniz como ação essencial presente em todas as almas, e lembrada por Roberto Cardoso (2006, p.18), acrescentaria apenas - daí não me referi a totalidade do que se previu na obra do autor brasileiro -, ao indicar que a percepção acontece na pesquisa durante o olhar e o ouvir “disciplinados”, a saber, disciplinados pela disciplina. Pois além do olhar e do ouvir, a vivência e experiência transportadas para a produção desta pesquisa, ainda não estava disciplinada pela antropologia.

No entanto, ao aqui escrever enquanto exercício do pensamento, este sim, veio norteado na íntegra por nossa disciplina, ou seja, pelo pensamento antropológico. Por acréscimos pontuais, como tem a Antropóloga Jacqueline Muniz (1999, p.01), que em sua opinião, a “percepção” e discussão do uso da força pela polícia no Brasil ocorrem com base na ingenuidade perigosa em não distinguir – ou não quer distinguir – o uso da violência (um impulso arbitrário, ilegal, ilegítimo e amador) do recurso da força (um ato discricionário, legal, legítimo e idealmente profissional). É nesse sentido que o trabalho do antropólogo passa necessariamente pela percepção enquanto propósito a ser revelado em sua etnografia e/ou autoetnografia.

6. A FALA DO “CAVEIRA” E A NARRATIVA DO ANTROPÓLOGO (A percepção do pesquisador e a análise do discurso)



Foto 03 (aula inaugural COPE)¹⁵

A escrita na antropologia é concebida como prática, a etnografia que o diga. Abriga e expressa marcas, vozes, significados e intenções – presenças e ausências/silêncios – das pessoas que as produzem e manuseiam, no passado e no presente. E dentre tantas perspectivas que a “antropologia da escrita”¹⁶ expressa, proponho aqui destacar a escrita em si, em cima de um texto por mim escrito, e por mim falado. Produzindo e reproduzindo o “eu” sujeito (unindo as faces do *caveira* e do antropólogo) e suas relações (e reações) provocadas pelo discurso. Discurso esse, no sentido que Foucault (1972) dá ao termo, como “práticas”¹⁷ que

¹⁵ Como palestrante da aula inaugural do 10º curso de operações policiais especiais (COPE), proferindo o discurso que ora analiso sob a ótica da teoria antropológica.

¹⁶ Em consulta aos grupos de trabalhos aprovados para 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA), o GT06 sob a coordenação de Paulo Augusto Franco (USP) e Julian Simões (UFPR), me chama atenção, ao falar sobre a antropologia da escrita, e pretender fomentar a discussão crítica acerca da escrita sob o ponto de vista da antropologia e nas suas interseções com a história e os estudos literários e culturais.

¹⁷ O trabalho de Foucault sobre o discurso visou entender como as práticas contemporâneas que orientam as pessoas se tornaram possíveis e poderosas. A partir dali ele rastreou “genealogias” de discursos e as práticas que eles orientam no que tange às condições históricas de sua produção. Foucault nunca indicou um método específico para suas análises históricas, mas outros o fizeram (p. ex., DEAN, 1994; KENDALL & WICKHAM, 1999) (FOUCAULT *apud* LEE & PETERSEN, 2015, 193).

formam sistematicamente os objetos dos quais elas falam, e que me atrevo a analisar. E analisá-lo simultaneamente com o seu “contexto interpretativo”¹⁸. Já que não existe uma única análise de discurso, mas muitos estilos diferentes de análise (BAUER; GASKELL, 2013, p.244). E os resultados em termos de conhecimento são também muito variados, frisa Lee e Petersen (2015, p.196), embora o foco de interesse comum a todas as modalidades de “análise de discurso”¹⁹ seja entender como se constroem e exercem sentidos em contextos e situações sociais, em vez de examinar textos e linguagem em busca de sentidos que não estão ali, mas na mente ou nas intenções das pessoas ou em estruturas sociais.

No dia 06 de junho de 2017, foi o dia em que se deu a transformação da 1ª CIOE (estrutura de companhia), em BOPE (estrutura de batalhão) - criado através de lei estadual do Governo de Pernambuco. No dia 12 do mesmo mês e ano, ocorreu em evento solene, a inauguração simbólica do BOPE, juntamente com a aula inaugural do 10º COPE (curso de operações policiais especiais). Naquela manhã de segunda-feira, houve um verdadeiro coroamento das operações especiais em Pernambuco. E eu tive o privilégio de ser o convidado para ministrar a palestra da aula inaugural do 10º curso de caveira que ora iniciava-se. Eu já na reserva remunerada havia 6 meses, mestre em antropologia, e já cursando meu doutoramento em antropologia. Era uma oportunidade interessante em dirigir uma mensagem à tropa de operações especiais, após longo período de participações dentro do grupo, estava eu, com um outro olhar²⁰. A carga sentimental em razão do intenso nível de pertencimento ao meio, aliava-se ao distanciamento ocasionado pela inserção na antropologia. Pela conquista da

¹⁸ É importante notar que a noção de “contexto interpretativo” não é fechada ou mecanicista. Ele é empregado não simplesmente para se referir aos amplos parâmetros de uma interação, tais como onde e quando ela tem lugar, e a quem a pessoa está falando ou escrevendo, mas também para atingir características mais sutis da interação, incluindo os tipos de ações que estão sendo realizadas, e as orientações dos participantes. (BAUER; GASKELL, 2013, p.249). E assim procuro “destrinchar” etapas de uma fala que fiz durante ato solene na Polícia Militar de Pernambuco, por ocasião da inauguração do BOPE, e aula inaugural do 10º curso de operações policiais especiais (COPE).

¹⁹ Com frequência a análise de discurso se concentra em textos e pode envolver a análise de documentos existentes, sem incluir participantes ativos. Em muitos casos a pesquisa social com análise de discurso envolve diversas formas documentais e interativas de coleta de dados. Costuma-se lançar mão dela como método de análise de dados incluído em metodologias mais abrangentes de pesquisa social, como estudo de casos e as etnografias (LEE & PETERSEN, 2015, 196).

²⁰ Pois eu já estava impregnado por um esquema conceitual da disciplina formadora da minha nova maneira de ver a realidade – a antropologia. Meu “olhar” estava “domesticado” por ela. Esse esquema conceitual que nas considerações de Roberto Cardoso de Oliveira (2006, p.19) disciplinadamente é apreendido durante o nosso itinerário acadêmico, daí o termo disciplina para as matérias que estudamos – funciona como uma espécie de prisma por meio do qual a realidade observada sofre um processo de refração.

comunidade de operações especiais, com a chegada do tão sonhado batalhão²¹. E a coincidência do início de mais um curso para formar novos integrantes que viriam a compor o batalhão.

Era um bom momento para mim, poder levar uma nova reflexão ao grupo, por meio da “narrativa”²² do antropólogo, o que seria um pouco da “história de vida”²³ do *caveira*. Pois ali eu acreditava que ao falar da minha história de vida, estaria vinculando a narrativa do conhecimento de mim mesmo à identidade do grupo. Guardando correspondência com o que Ricoeur *apud* Goodson e Gill (2015, p.218) diz sobre “identidade narrativa”, a qual mostra que o que é bom para mim tem de ser bom para as comunidades das quais faço parte. Ricoeur também conclui que os indivíduos e suas comunidades “se constituem na sua identidade ao adotarem narrativas que passam a ser, para eles, sua história real”.

O sentido narrativo é um processo cognitivo que organiza as experiências humanas em episódios temporariamente significativos (POLKINGHORNE *apud* BAUER & GASKELL, 2013, p.115). Neste contexto, os mesmos autores levam em consideração que a experiência e a vida não possuem uma estrutura narrativa per se. Ao contrário, elas são construídas na forma de uma narrativa. E assim foi a minha palestra, impulsionada pela vivência no grupo, e o acréscimo do pensamento antropológico, fazendo associações e adequações teóricas²⁴ ao que eu entendo ser uma tropa de operações especiais, e o curso que seleciona, prepara, e forma seu efetivo. Ao mesmo tempo, em que a emoção não me deixava um só minuto, o que ficou evidente, em alto e bom som, nas minhas palavras iniciais:

²¹ O batalhão uma vez sendo criado, ampliava a “mística” das operações especiais em Pernambuco. De CIOE (sigla até então usada), passaria a ser chamado de BOPE (se igualaria a menção já muito conhecida pelo batalhão do Rio de Janeiro, e que serviu sempre de referência e inspiração para nossa comunidade de operações especiais). Então isso foi uma conquista muito significativa – a criação, ou transformação da companhia em batalhão.

²² Goodson e Gill (2015, p.218) ao citarem as implicações para um projeto de pesquisa, até se harmonizam com o nosso caso em estudo: “A narrativa e a história de vida são processos recíprocos de desenvolvimento da compreensão. A pesquisa aspira em parte a colaborar na construção de significado. Ela pode assemelhar-se a um processo de pessoas que se reúnem para saber de suas vidas e por que são vividas dessa maneira. Inevitavelmente, o pesquisador lida reflexivamente com as questões da pesquisa, estando sua vida pessoal e suas histórias entrelaçadas com as dos participantes. Esta relação determina em última instância o aprendizado narrativo (Goodson e Gill, prestes a aparecer) sobre nós próprios, o mundo social e como os diferentes fatores interagem, resultando em nossas vidas como elas são.

²³ Id., 2015, p.218

²⁴ Por isso o alcance da minha orientadora em sugerir como “pano de fundo” para minha tese, o discurso em tela, que vem sustentado pela teoria antropológica a fim de estabelecer correlações com a existência e o sentido das tropas especiais.

“Quando no dia 29 de maio desse ano, ao receber uma ligação do telefone do Comando da então 1ª CIOE, hoje BOPE, um convite a mim era formulado, daqueles, cujo formato vem permeado entre um misto de missão e gratidão. Missão, por entender, talvez, que o convidado, embora hoje na reserva, integra a comunidade de operações especiais, e não teria razões para abandonar a máxima tão bem apreendida em seu tempo de caserna: “Missão dada, Missão cumprida!”. Gratidão, por reconhecer, quem sabe, que o convidado, de alguma maneira, em determinado momento, contribuiu com a história da CIOE”.

Porém, o que mais me apetecia naquele momento, era vislumbrar que tudo aquilo que eu estava vivenciando, serviria para o trabalho antropológico que já estava em andamento, e que resultaria na presente tese. Ali, eu estava em pleno campo. Ratificando o que mencionei em capítulo anterior, que “o meu campo é a tropa”. O uso da força já teria sido o tema escolhido, e na minha fala para o público presente, que quase na sua inteireza era formado de caveiras (ou pretendentes a ser caveiras), conhecimento empírico que eu possuía da tropa “batiam” continência às lições antropológicas que trazia à baila, ou vice-versa.

7. À GUIZA DE CONTINUIDADES REFLEXIVAS

“A exploração da autoetnografia de forma honesta gera muito medo, dúvida e dores emocionais. Somente quando se pensa que não pode suportar mais a dor é que o verdadeiro trabalho está apenas começando”. (KOCK; GODOI & ROSSETTO, 2012)

Se as nuances do ser, e do atuar policial, são por si só, recheadas de complexidade. Seus procedimentos, tanto podem ser interpretados como possíveis comportamentos desviantes e transgressões, ou, disposições posturais que parecem seguir certos padrões de conduta vinculados à sua estrutura organizacional e cultural. Por isso o objeto de estudo da pesquisa veio munido de observações da peculiar doutrina do “mundo militar”. Consequentemente, não há de se falar em apenas um papel social representado por esses profissionais, mas em diferentes formas de percepções capazes de orientar paradoxalmente suas práticas.

Em meio as crises dos tempos em curso, que nenhum de nós demos causa, somos todos instrumentos de uma nova engrenagem mundial. Sem arrefecer a tecnologia, mas aguçando o humanismo. Inverter a lógica do direito da força, pela força do direito. E primar pela força com a inteligência. Ou seja, a força da inteligência. Isso não significa que iremos dissociar os elementos “Força, Direito e Inteligência”, do campo operacional policial. Mas associá-los da

forma mais sensata, sensível, profissional, coerente e humana. Visando a prevenção social como meta a atingirmos a nossa almejada causa – a paz social.

Longe da “consagração do herói” descrita em Campbell (porém, o parafrazeando). Mas com os questionamentos sobre a “certeza” de que nada será como antes. Questionei meu próprio texto, o tempo todo. Questionei até a inclusão de minhas fotografias. Mas me convenci, que se trata de uma autoetnografia. Continuo a questionar a mim mesmo o uso da força, diante da minha experiência policial, e do conhecimento antropológico de pesquisador. Sem a pretensão nada modesta de que os meus feitos jamais serão esquecidos. Mas com a impetuosa e policialesca “jornada do herói”, dando mais sentido a arrojada “jornada de *caveira*”, e aguçada visão da “jornada de antropólogo”, sempre enfatizada por minha orientadora.

Nos sonhos, idealizamos muito.

Na vida real, os sobressaltos dos imponderáveis.

Na memória, pula-se etapas. Afinal, não temos a máquina do tempo para reproduzir fielmente os dissabores e vibrantes sensações vividas.

Nas narrativas, simplificamos a carga das aventuras no trem do “seguir a vida”...

Do começo, meio e fim, fica o partir do mundo comum e o seu chamamento à aventura, à provação nas batalhas e a recompensa do fortalecimento.

“Hoje me sinto mais forte, mais feliz, quem sabe...” (da canção de Almir Sater e Renato Teixeira).

REFERÊNCIAS

BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: Uma análise internacional comparativa**. Tradução de René Alexandre Belmonte. 2ª ed. São Paulo: Editora da USP, 2002.

BARRETT, Stanley R. **Antropologia: guia do estudante à teoria e ao método antropológico**. Tradução de Fábio Creder. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Trad. Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

BLANCO, Mercedes. **Autobiografias ou autoetnografias?**. Revista de Antropologia Social, nº38, jan. – abr., México; CIESAS, 2012.

BOURDIEU, Pierre. “**L’illusion biographique**”. *Actes de recherche en sciences sociales* (62/63): 69 – 72, juin 1986.

CAMPBELL, J. **O herói de mil faces**. São Paulo: Editora Pensamento, 1949.

CANDAU, Joel. **Memoria e identidad**. Tradução de Eduardo Rinesi. Buenos Aires: Ediciones Del Sol, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. São Paulo: Unesp, 2006.

CASTRO, Celso; LEIRNER, Piero. (orgs.). **Antropologia dos Militares: reflexões sobre pesquisas de campo**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2009.

CLIFFORD, James. “**Dossiê: Conte-me sobre sua viagem: Michel Leiris**”. In: Revista de Ciências Sociais, Fortaleza, v.44, n.2, jul/dez, 2013,p.137-149.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony E.; BOCHNER, Arthur P. **Autoetnografia; un panorama**. Astrolabio: nueva época, nº 14, 2015.

FAVRET-SAADA, Jeanne. “**Ser afetado**”. Cadernos de campo, n.13, pp.155-161. São Paulo: EDUSP, 2005.

FOUCAULT, Michel. “**O que é um autor?**”. Bulletin de La Société Française de Philosophie, 63º ano, n.3, p.73-104, julho-setembro de 1969.

_____. **“A escrita em si”**. In: O que é um autor? Lisboa: Passagens. P.129-160, 1992.

GOODSON, Ivor & GILL, Scherto. **“Métodos de história de vida e narrativa”**. In: Teoria e métodos de pesquisa social/Bridget Somekh e Cathy Lewin (organizadoras) – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

KOCK, Friederike Klara; GODOI, Christiane Kleinubing; ROSSETTO, Adriana Marques. **Discussão e prática da autoetnografia: um estudo sobre aprendizagem organizacional em uma situação de catástrofe**. Revista RGO. Vol. 5 – n. 1 – jan/jun – 2012.

LE BRETON, David. **Antropologia dos sentidos**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

LEE, Alison; PETERSEN, Alan. **“Análise do discurso”**. In: Teoria e métodos de pesquisa social. (orgs) SOMEKH, Bridget; LEWIN, Cathy. - Petrópolis: Vozes, 2015.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **“A crise moderna da antropologia”**. In: Revista de Antropologia. V. 10, nº 1 e 2. Jul. e Dez., 1962.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Os argonautas do pacífico ocidental**. São Paulo: Abril, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **“Vitimização profissional”**. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli. (orgs.). Crime, polícia e justiça no Brasil. São Paulo: Contexto, 2014.

MUNIZ, Jacqueline de O. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado apresentada ao IUPERJ. Rio de Janeiro, 1999.

SHERMAN, Lawrence W.; STRANG, Heather. **Experimental ethnography: the marriage of qualitative and quantitative research**. The annals of the American academy: University of Pennsylvania, p.204-222, 2004.

VELHO, Gilberto. **Um antropólogo na cidade**. (org: Hermano Vianna; Karina Kuschnir; Celso Castro). Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

VERSIANI, Daniela Gianna Cláudia Beccaccia. **Autoetnografias: conceitos alternativos em construção**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2005.